
IV CONFERÊNCIA P3DT

Descentralização & Desenvolvimento

Ermesinde, 11 e 12 de abril de 2019

As alterações recentes no centro das cidades e a importância dos financiamentos públicos

M.I. Rocha ^(a), P. Chamusca ^(b)

^(a) CEGOT/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, minesmrocha@gmail.com

^(b) CEGOT/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pedrochamusca@hotmail.com

Resumo

Esta comunicação discute a dinâmica da cidade do Porto a partir das principais transformações nas condições de centralidade económica, simbólica e de acessibilidade dos centros de cidade. Discutem-se as principais tendências de mudança, das dinâmicas recentes no Porto e a importância dos financiamentos públicos. A partir da análise sugere-se um maior foco do debate nas opções e no futuro que desejamos para as cidades, procurando promover o debate sobre o equilíbrio entre as visões antagónicas que defendem a proibição ou liberalização total do mercado.

Palavras chave: Porto, Centro, Financiamento Público, Comércio

1. Dinâmicas de transformação e a nova vida dos velhos centros

Ao longo dos últimos anos, as transformações das cidades são especialmente visíveis na dinâmica e estrutura da atividade económica, no reforço da acessibilidade e das condições de mobilidade; e na consolidação da centralidade simbólica de alguns espaços. No contexto destas transformações, espaciais e sociais, há algumas tendências comuns à generalidade das cidades europeias, designadamente:

- Compressão espacial e aceleração temporal do espaço, marcado pelo aumento da mobilidade e pela capacidade de apropriar vários espaços, de forma distinta no mesmo dia;
- Complexificação e fragmentação das condições de centralidade, com emergência de novas polaridades (associadas a processos de suburbanização, designadamente) e revitalização dos centros de cidade após períodos de declínio;
- Diversificação e crescimento da oferta comercial, com penetração de marcas e produtos globais; aparecimento de estabelecimentos neo-tradicionais específicos; e ainda banalização e massificação de produtos e ambientes “típicos”;
- Criação de espaços temáticos, frequentemente associados ao revivalismo do passado ou à recriação de uma tradição, sem respeito pela memória da cidade;

- Turistificação de alguns lugares, com o investimento a ser orientado pelo crescimento do número de turistas e desenvolvimento de projetos de embelezamento, fachadismo ou disneylandificação da cidade;
- Crescimento dos processos de gentrificação – residencial ou funcional – com de saída dos residentes (mais idosos e com menor poder económico) e crescimento da população flutuante, designadamente turistas, visitantes e estudantes;
- Valorização do comércio como património, ao abrigo de legislação específica (Lei 42/2017 no caso português), num processo que em muitos casos já não se consolida a tempo de proteger um conjunto de estabelecimentos comerciais ameaçados por grandes fundos económicos.

Figura 1: Casa Oriental (Porto): a “recriação” do passado

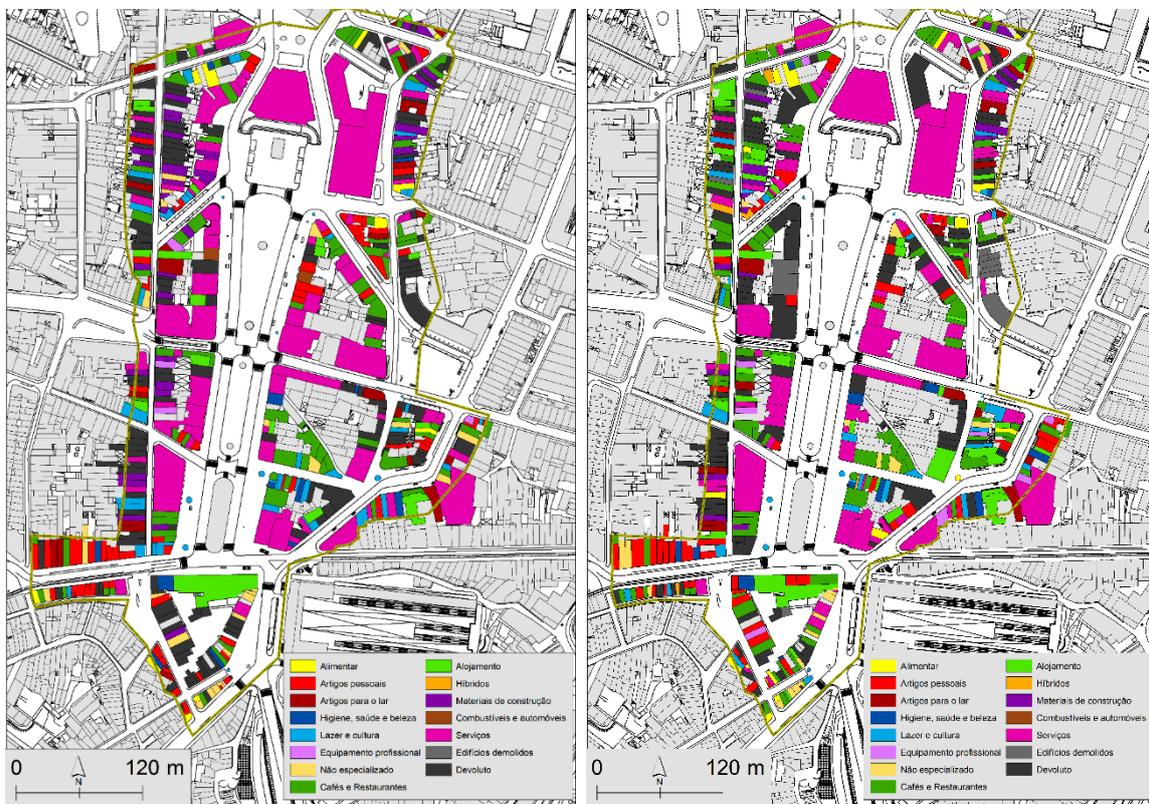


Fonte: Autores

No caso do Porto, a dimensão económica da centralidade permanece muito importante. Todavia, ao contrário do que sucedia nos anos 70 ou 80, hoje verifica-se que podem ocorrer preços por unidade de área mais elevados em lugares de residência mais exclusiva e requintada, longe da “confusão” do centro. Ainda assim, é evidente que, sobretudo nos arruamentos de maior densidade de estabelecimentos de restauração, comércio e hotelaria, os preços de compra e aluguer aumentam, afirmando-se uma lógica de “prime places” que chegam a valer mais de 10 vezes o preço pago noutros locais da cidade. No centro, a diversidade de estabelecimentos ganha cada vez mais relevância – e alguns vêm-na até como fator de centralidade (Zhong et al, 2017) –, assim como a criação de espaços temáticos dentro das cidades, designadamente nos arruamentos da “cultura do cappuccino”, marcada pela concentração de cafés, bares e restaurantes, com as suas esplanadas, cada vez mais iguais nas cidades do turismo e nos lugares do cosmopolitismo

que a globalização produz. Esta homogeneização de escala global é feita, por um lado, pelo alargamento a todos os lugares de turismo de algumas marcas e produtos (como Amorino, Starbucks e Costa Café) e, por outro, pelo reforço de um (pretenso) carácter específico de unidades “neo-tradicionais” que se afirmam, propositadamente, como específicas da região, com banalização e massificação de produtos e ambientes vistos como “típicos”, que pretendem transportar o passado para o futuro em modelos pós-modernos de espetacularização e revivalismo orientados para o consumidor cosmopolita de médio ou elevado poder de compra.

Figura 2: Estabelecimentos comerciais no centro do Porto (2012/2018)
 Fonte: Fernandes & Chamusca, 2018



2. A importância dos financiamentos públicos

Muitas das dinâmicas de transformação das cidades resultam de intervenções integradas em programas e financiadas por instituições – europeias, nacionais ou locais – tanto para intervir nos problemas presentes nos centros urbanos como para potenciar novas dinâmicas urbanas – sociais, económicas, comerciais, culturais ou ambientais – ou novos desígnios do espaço urbano, com o centro da cidade a ser lugar especialmente atrativo.

Apesar da sua génese europeia como uma iniciativa intergovernamental que procurava a valorização das culturas europeias e das suas características comuns, após a definição da cidade do Porto como “Capital Europeia da Cultura”, a Porto 2001 S.A. constituiu-se como uma sociedade financiada a 90% pelo governo central e 10% pelo governo local – a Câmara Municipal do Porto – (Sucena, 2003), com a pretensão de atuar em quatro campos – programação cultural, infraestruturas culturais, renovação urbana e ambiental e revitalização económica e habitacional (Lago, 2000). A estratégia para a atração e fixação de residentes e investimento compreendia intervenções ao nível do espaço público, do edificado, da revitalização económica, da habitação e a mobilidade (Correia Fernandes, 2000).

O programa abrangente definido pela sociedade Porto 2001 acabou por apenas se cingir à requalificação do espaço público incluindo intervenções em infraestruturas culturais, e, também, à programação cultural. Apesar do envolvimento de diversos parceiros e representantes, a sua visão conjunta para a cidade foi prejudicada pelas condições físicas, por falta de apoio de alguns desses parceiros, mas principalmente por um excesso de conteúdo programático para o período curto, com problemas de financiamento e perturbações políticas.

Numa lógica diferente e como consequência do regime de reabilitação urbana para as zonas históricas e áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, foi criada a Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, Porto Vivo SRU. Com o intuito de promover a reabilitação urbana de um centro ainda degradado, a empresa é constituída com capitais exclusivamente públicos com financiamento do Estado Português (com representação do IHRU) e pela Câmara Municipal do Porto, tendo a responsabilidade de orientar o processo de reabilitação e ser mediadora entre investidores, proprietários e arrendatários.

Numa estratégia apoiada em parcerias público-privadas, os objetivos desta sociedade de reabilitação urbana passavam por atuar nas vertentes física, funcional, da mobilidade, social e económica (Porto Vivo, 2005). Apesar de uma génese diferente, o processo gerido pela Porto Vivo não foi tão integrador quanto o esperado, tendo-se concentrado as suas intervenções na oferta habitacional e, em menor medida, na oferta comercial, nos espaços públicos na envolvência da habitação e em algumas atividades, mas sem as dinâmicas sociais e culturais esperadas.

De certa forma, apesar do ambiente urbano na envolvimento das intervenções ter melhorando e potenciado alguns usos, o que podemos considerar como iniciativas de utilidade pública e de humanização do espaço não esteve muito presente nos resultados conseguidos pela Porto Vivo.

De qualquer modo, apesar das dificuldades de gestão e dos constrangimentos que daí resultaram, em relação a prazos e até mesmo de investimentos, é visível a importância do financiamento público para a cidade que queremos, sobretudo quando existe – como na Porto 2001 – uma visão conjunta e integradora que envolva processos de participação e transparência.

3. Desafios à gestão pública da cidade

Apesar da intervenção e o investimento públicos terem sofrido uma progressiva diminuição nas últimas duas décadas – com crescimento dos investimentos privados, com efeitos de curto prazo – parece-nos essencial que o foco da ação pública (e em parceria) se coloque na construção (partilhada) de uma estratégia de cidade que tenha por base o futuro desejado por todos os que vivem e usam o espaço urbano. A construção desta estratégia – de gestão e intervenção na cidade – deve assentar numa maior participação e no desenvolvimento de instrumentos de planeamento urbano capazes de impor uma visão estratégica e participada para o centro da cidade.

O contexto é marcado por uma política urbana pouco sensível à participação e à definição estratégica de uma visão para a cidade, uma vez que a intervenção tem sido fortemente marcada pela intervenção associada a eventos/oportunidades (como a Porto 2001, o Euro 2004 ou a instalação de uma rede de metro) ou, mais recentemente por lógicas de "deixa andar, viva o turismo", aproveitando os efeitos do turismo na economia local (essencialmente de alojamento e restauração). A alteração de paradigma passará pela valorização da intervenção integrada e em conformidade com uma visão estratégica de cidade; pelo reforço da participação e do envolvimento da população e das entidades públicas e privadas da cidade em novos mecanismos de gestão do espaço urbano; por uma maior programação do investimento público, potenciando diferentes vivências e amenizando os processos de descaracterização urbana e social que têm crescido ao longo dos últimos anos; por uma monitorização permanente das intervenções no património

urbano e histórico, reforçando as políticas de regulação e monitorização do turismo e de especulação imobiliária.

Neste contexto, identificamos os princípios da governança, competitividade, coesão e sustentabilidade como centrais para que este espaço central do Porto consiga manter a sua vitalidade e reforçar as condições de centralidade, apontando a necessidade de promover a construção de estratégias integradoras e assumir compromissos alargados entre as diferentes instituições públicas e privadas e as estruturas da sociedade civil; desenvolver iniciativas que promovam o cruzamento entre a economia e a animação urbana, assegurando a manutenção ou reforço da vitalidade económica; acompanhar e avaliar os riscos da privatização e elitização; promover a flexibilidade e a reversibilidade das intervenções de forma a permitir uma maior capacidade de adaptação, num contexto de aumento das assimetrias, conflitos sociais e territoriais e diferentes temporalidades. Estes desafios são de certa forma enfatizados por um conjunto de dualidades (pobre-rico, residente-turista, público-privado, festa-silêncio, ...) que simplificam um mosaico de combinações com que o centro do Porto – como o de muitas outras cidades – se debate, reforçando a necessidade de uma gestão permanente de conflitos e tensões de natureza diversa (Branka et al, 2016).

5. Bibliografia

Branka, S.; Coca-Stefaniak, A.; Plichta, J. (2016) City centers as places for strategic cooperation through active city management – the significance of trade entities, “Scientific Annals of Economics and Business”, 63(1), pp. 125-133.

Fernandes, José; Chamusca, Pedro (2018). Novos tempos, dinâmicas e desafios no centro do Porto. In. SPOSITO, Maria Encarnação; RIO FERNANDES, José Alberto (Orgs.). Brasil e Portugal vistos desde as cidades. As cidades vistas desde o seu centro. São Paulo. Cultura Académica. ISBN: 978-85-798-979-5 (e-PDF). pp. 265-291.

Fernandes, M. C. (2000). Intenções Programáticas. In Porto 2001: regresso à Baixa. Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação a Baixa Portuense. FAUPpublicações. Porto. pp. 33-42.

Lago, T. (2000). Apresentação. In Porto 2001: regresso à Baixa. Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação a Baixa Portuense. FAUPpublicações. Porto. p.9.

Porto Vivo, SRU. (2005). Masterplan da Porto Vivo, SRU. Porto.

Sucena, S. (2003). Porto, Capital Europeia da Cultura 2001. Os elementos de um projeto urbano. O caso da baixa portuense. A Obra Nasce. Revista de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Fernando Pessoa, (0), pp. 8-29.

Zongh, C.; Schlapfer, M.; Arisona, S.; Batty, M.; Ratti, C.; Schmitt, G. (2017) Revealing centrality in the spatial structure of cities from human activity patters, “Urban Studies”, vol 54(2), pp. 437-455.